



ATA N.º 4/2018

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Local: Sala de Sessões do Edifício Sede da Junta de Freguesia de Luz.

Data: 15/06/2018.

Iniciada às 20,30 horas e encerrada às 23,45 horas.

I. Apreciação e votação da ata da sessão anterior

II. Período antes da "Ordem do Dia"

III. Período da "Ordem do Dia":

- a) **Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013)**
- b) **Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia**
- c) **Informação dos Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, (Lei N.º 8/2012), Aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária de 20/11/2017**
- d) **Alteração da Repartição de Encargos e Consequente Assunção do Compromisso Plurianual referente à Empreitada de "Recuperação do Cineteatro de Mourão"**
- e) **Contração do Empréstimo de Médio Longo Prazo Para Substituição do Empréstimo de Saneamento Financeiro – 1.º Aditamento ao Contrato e Novas Condições**
- f) **Desafetação do Domínio Público Para o Domínio Privado do Município de Parcela de Terreno**

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Rui Miguel Bonito Vitorino

Primeiro-Secretário: Vanda Raquel Segurado Ramalho

Segundo-Secretário: Vítor Manuel Rosado Aranha

Membros: Francisca Maria Rosado Silva Sousa
João Filipe Cardoso Fernandes Fortes
Vitor Hugo Segurado Dias
Rui Manuel Chilrito Pereira
José Manuel Matrola Pinto
Luís Carlos Barreto Rodrigues
António José Lucena Dias
José António Gomes Domingues
Catarina Ascensão Silva Marques
Agostinho dos Santos Pardal
Arnaldo Gonçalves Caeiro
Rui Miguel Rocha Passinhas

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Hugo Joaquim Nobre Lopes

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: Ana Daniel Capucho Soeiro Jordão

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Rui Miguel Bonito Vitorino**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, é obrigatória a realização, no mês de **junho**, de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- Mais informou o **Senhor Presidente da Mesa** que esta Sessão foi convocada para a freguesia da Luz, pois a mesa da Assembleia Municipal acha que deve descentralizar as suas reuniões e assim estar presente em todas as freguesias do nosso concelho e mais próximos daqueles que aqui representamos: os Luzenses, os Granjenses e os Mouranenses.



Finalmente apresentou os seus agradecimentos à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Luz pela sua pronta e amável disponibilidade das instalações da junta de freguesia para a realização desta Sessão. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou, também, o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediram substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Senhores Deputados Municipais: -----

--- **Olga Manuela Leandro Rosinha Mendes**, substituída nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Vítor Manuel Rosado Aranha**. -----

--- **Dimas Joaquim Canhão Ferro**, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Arnaldo Gonçalves Caeiro**. -----

--- **José Duarte Costa Franco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mourão, substituído nos termos do n.º 4 do artigo 12.º do Regimento em vigor da AMM e da alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Senhora Secretária daquela Junta de Freguesia, **Ana Daniel Capucho Soeiro Jordão**. -----

--- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como Deputados Municipais. -----

--- Considerando ainda que o Senhor Deputado **Dimas Joaquim Canhão Ferro** pediu substituição, e que o mesmo exerce as funções de primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais foi substituído na Mesa pela segunda secretária e foi designado para exercer funções de segundo secretário da Mesa o Sr. Deputado Municipal **Vítor Manuel Rosado Aranha**. -----

--- Feita a chamada e verificando a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Mesa** declarou abertos os trabalhos. -----

--- Antes de entrar propriamente na ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa perguntou à **Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Luz** se pretende dizer algumas palavras tendo esta proferido a seguinte intervenção:

--- *"Sejam todos muito bem-vindos à sala de sessões da Junta de Freguesia de Luz*

Mais uma vez temos a possibilidade e a honra de receber nesta casa a Assembleia Municipal de Mourão, este tão importante órgão nos destinos do nosso concelho, desloca-se de novo à Luz para desta forma se abelrar da população. Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal tal possibilidade. Como já tive oportunidade de manifestar noutras ocasiões, considero esta descentralização de imensa relevância, todos nós sabemos o quanto a população em geral está afastada das decisões e actividades políticas do concelho – uma realidade geral a nível do país – todos nós sabemos, desde sempre, a pouca adesão da população às nossas sessões, pelo que, mostrarmos próximos de todas as pessoas do concelho, revelando-nos disponíveis para ouvir e discutir aquilo



N
~~AS~~

que serão os seus problemas e os problemas da sua terra, parece-me de facto uma prática que deve ser elogiada e a manter.

Não é por acaso que ao longo desta semana várias vezes sugeri, perante uma questão, reclamação ou chamada de atenção, que viessem mostrar o seu ponto de vista hoje, nesta sessão, e que ouvissem o que todos temos a dizer sobre determinado assunto. Espero ver estas e outras pessoas hoje, aqui.

Seria muito importante que todos tivessem consciência da relevância destas reuniões, se mais pessoas participassem e assistissem, certamente, estariam muito mais preparadas e com conhecimento de causa para reclamar, discutir, debater e até, em actos eleitorais, escolher os seus representantes.

A mim parece-me que este passo que damos hoje, novamente, é um passo importante para esse caminho.

Felizmente esta boa prática não é nova e já recebemos aqui a Assembleia Municipal algumas vezes, deixo o desafio ao Sr Presidente para que se pratique, ainda mais vezes no seu mandato esta descentralização, na esperança de, efectivamente, conseguirmos trazer até nós, o maior número de pessoas de todo o concelho.

Termino como será de esperar, desejando que, dentro das nossas limitações, esta sala vos seja agradável e confortável e que os trabalhos resultem proveitosos.

Ao público e, permitam-me, à população da Luz em particular, que fiquem satisfeitos com os vossos eleitos, que participem e que fiquem esclarecidos sobre todas as vossas questões e dúvidas. E que esta sala, quando o jogo terminar, se encha.

Boa noite a todos."

--- **O Senhor Presidente da Mesa** lembrou os cidadãos interessados em usar da palavra que têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----

I – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

--- **O Senhor Presidente da Mesa**, lembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata.-----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 3/2018, correspondente à segunda sessão ordinária de 2018 da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 27 de abril de 2018, na Sala de Sessões dos Paços do Município de Mourão. -----

--- Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 3/2018, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, tendo **o Senhor Deputado José Pinto** apresentado a seguinte: -----



"O eleito da CDU vai votar a favor do ponto I - *Apreciação e Votação da Acta da Sessão anterior. Sessão Ordinária Realizada no dia 27 de Abril de 2018. Desta vez foram entregues, em tempo útil, os necessários documentos para a respectiva apreciação.*" -----

--- Antes de iniciar os pontos da ordem de trabalhos o **Senhor Presidente da Mesa** como Ponto Prévio ao abrigo do artigo 49.º do Regimento da AMM, prestou as seguintes informações: -----

1.º Agradecer à JF da Luz, na pessoa da sua presidente, o convite para estar presente na Festa das Flores. Por motivos de agenda não possível estar presente, mas sei que correu tudo bem. Parabéns. -----

2.º Agradecer à CMM, na pessoa da sua presidente, o convite para estar presente na Feira dos Sabores e Saberes. Apesar das condições climatéricas correu bem. Parabéns. -----

II – PERÍODO DE ANTES DA "ORDEM DO DIA".

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** lembrou o tempo de cada FORÇA POLÍTICA (minutos) com base no n.º 2 Art.º 55.º do Regimento, assim distribuído: -----

PS 23 m

PPD/PSD 17 m

CDU 5 m

CDS/PP-MPT-PPM 5 m

CÂMARA MUNICIPAL 10 m

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para intervenção neste período, tendo pedido a palavra e intervindo: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para referir que iria ler duas propostas e informou que só por motivos profissionais não enviou atempadamente os documentos, mas que de futuro fará chegar previamente as suas propostas a todos para que as possam ler e apreciar o seu conteúdo mais atentamente e votar as mesmas em consciência. A primeira, uma proposta de recomendação, do seguinte teor: -----

"Uma Nova Atitude para Mourão

Nota Justificativa

Por variadíssimas vezes, em sede de Assembleia Municipal, o PSD Mourão tem reiterado a importância da atração de investimento para o Concelho, uma vez que consideramos que será este caminho o responsável pela criação de emprego, fixação e atração de pessoas para a nossa terra. No essencial, criar riqueza.



Para contextualizar esta matéria de captação de investimento, daremos alguns exemplos de investimentos que têm sido feitos e que estão a ser feitos por todo o interior do país:

- *Em Bragança a FAURECIA está a investir 41,5 milhões de euros no setor automóvel e vai criar 400 postos de trabalho;*
- *Oliveira do Hospital atraiu um investimento que poderá alcançar os 125 milhões de euros, que se prende com a transformação e aproveitamento da floresta;*
- *Em Portalegre o grupo Jerónimo Martins investe 40 milhões de euros numa nova fábrica de lacticínios;*
- *Na Guarda a COFICAB está a construir uma fábrica que irá criar 130 novos postos de trabalho, uma unidade dedicada às novas tecnologias do setor automóvel;*
- *A Critical Software vai abrir 4 centros de engenharia em Évora, Tomar, Vila Real e Viseu, com 15 engenheiros em cada centro, com perspetivas de aumentar o número de postos de trabalho altamente qualificados;*
- *Em Beja a empresa FAIRFRUIT vai investir 14 milhões de euros na área do agroalimentar;*
- *No Fundão será inaugurado um Hotel de Charme, no antigo Convento de Santo António, que representou um investimento de 3 milhões de euros;*

No total, serão investidos cerca de 1500 milhões de euros em setores como a agricultura, agroindústria, turismo, restauração, conhecimento e inovação. Investimentos no interior do país, mas nenhum em Mourão.

Evidentemente, o facto de Mourão não constar nesta lista de investimentos deixa-nos frustrados. Enquanto oposição, o PSD procura perceber porque é que o Município não atrai investimento.

Será que no nosso Concelho não temos pessoas capazes? Temos! Somos uma terra de gente trabalhadora, competente, com conhecimento e criatividade.

Então talvez não tenhamos um potencial turístico assim tão grande? Mentira! Vivemos numa terra com uma identidade única, rica em cultura e tradições, com um potencial paisagístico de grande valor, com uma gastronomia única, com produtos endógenos de grande qualidade. Por isso, o nosso potencial turístico é extremamente elevado: quer o Turismo Cultural, quer o Turismo de Natureza, quer o Turismo de Experiência.

Também nos perguntámos se estamos geograficamente mal posicionados? Não estamos! Encontramo-nos a duas horas de Lisboa e somos a porta de entrada para Espanha e para a Europa, situando-nos, aproximadamente, entre as duas capitais da Península Ibérica (Lisboa e Madrid). Para além de tudo isto, ainda temos no Distrito a Universidade de Évora!

Fica claro que o problema não está nas pessoas que vivem em Mourão, não está no potencial turístico do nosso território que é muito elevado, nem está na nossa posição geográfica que é privilegiada. Aliás, os Municípios sinalizados no início e que têm atraído investimento, não têm características assim tão melhores que as nossas. Porque é que eles conseguem atrair investimento e nós não?



A resposta é simples. O PSD já sinalizou várias vezes o quão essencial é termos um Poder Político que saiba atrair investimento, que saiba receber convenientemente os investidores que nos procuram. Mais do que isso, um Poder Político que saiba vender as suas fantásticas qualidades no distrito, no país e fora do país. Um Poder Político que seja proactivo e dinâmico. Em Mourão, infelizmente, o Poder Político não consegue fazer nada disto! É por isso que estamos a perder o comboio da atração de investimento. É por isso que os outros municípios do Interior estão a atrair investimento e Mourão fica para trás. É preciso dar resposta a estas necessidades! Estão a desperdiçar o potencial e a atrasar o desenvolvimento do Concelho!

É esta a realidade que vivemos. Não é o PSD que o diz, são as evidências que estão à vista de todos, mas que alguns se recusam a ver. Falta ambição na condução dos destinos do nosso concelho. Mourão precisa de investimento, de criação de emprego, de dinamização do turismo, precisa de criar riqueza para melhorar a qualidade de vida das pessoas que cá vivem. Mourão precisa de tudo isto que o Partido Socialista já provou não conseguir dar!

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Mourão, reunida em sessão ordinária no dia 15 de Junho, que aprove a seguinte recomendação ao executivo da câmara municipal de Mourão:

- 1. Que seja constituído o Conselho Estratégico Empresarial Local com o objetivo prioritário de analisar a situação económica e social do concelho na perspetiva das empresas e trabalhadores, promovendo-se políticas e medidas de desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo, que sejam capazes de revitalizar a economia do concelho, fixando as empresas instaladas, atraindo novos investimentos e estimulando a internacionalização do município.*

Mourão, 15 de Junho de 2018

Pelos eleitos pelo PSD"

--- A segunda, também projeto de recomendação, que seguidamente se transcreve: -----

"Programa Municipal de Estágios "Jovem Ativo"

Nota Justificativa

É atualmente, muito considerável, a taxa de desemprego jovem e os problemas de natureza social a ela associados no Município, flagelo que conduz à urgência na dinamização de programas sociais que combatam a pobreza e ajudem as pessoas e famílias a encontrar a dignidade e qualidade de vida que legitimamente merecem.

Na atual situação do mercado de emprego, reveste-se de grande valor estratégico a adoção de medidas de apoio à inserção de jovens na vida profissional ativa, que visem melhorar as oportunidades e os níveis de empregabilidade e estimular a (re)inserção no mercado de trabalho.

Assim, a dinamização de programas e de iniciativas que visam dar contributos para a formação humana, cívica e académica dos jovens do Município deve ser uma das grandes preocupações, se não mesmo a maior, da Câmara Municipal de Mourão.

Porém, como sabemos, nem sempre o mercado de trabalho dá a resposta desejada, ou seja, a criação de oportunidades em número suficiente para estes poderem, em contexto de trabalho, não apenas



aplicar os seus conhecimentos e formação entretanto obtidos, mas também, aprofundá-los, e desta forma, garantirem com maior certeza a sua subsistência e o seu futuro.

Por isso, considerando que, com o objetivo de contrariar esse problema social têm sido desenvolvidas políticas de apoio e incentivo à empregabilidade, em particular as medidas desenvolvidas pelo IEF, que disponibilizam um conjunto de apoios, no âmbito do emprego e da formação profissional, direcionados para os diversos tipos de público, a Câmara Municipal de Mourão deve e tem, que esforçar-se para auxiliar os jovens que têm demonstrado empenho e interesse no aumento da sua formação global.

Estes problemas de natureza social existentes apelam à conjugação de esforços entre entidades públicas e privadas, para que de forma firme e dinâmica, procurem e encontrem respostas e soluções que, em parceria, permitam criar canais de comunicação que agilizem e facilitem a concretização das medidas e apoios públicos à empregabilidade.

O PSD Mourão acredita que a regulamentação deste Programa Municipal de Estágios irá, por um lado contribuir, de forma clara, para a definição de regras próprias ao acesso da formação em contexto real de trabalho nas entidades públicas e/ou privadas, vulgo locais de acolhimento que sejam previstos em sede regulatória, e por outro lado, reforçar a ligação dos jovens à vida ativa, complementando uma qualificação preexistente através de uma formação prática a decorrer no âmbito dos seus serviços.

Com esta iniciativa, pode a Câmara Municipal de Mourão, de acordo com as suas atribuições no âmbito da promoção do desenvolvimento e do apoio à formação, proporcionar a integração temporária de recursos dotados de qualificação adequada, concorrendo para o pleno investimento na formação profissional e consolidando a inovação e a modernização do tecido económico do município através do desenvolvimento de percursos profissionais relevantes.

Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Mourão, reunida em sessão ordinária no dia 15 de Junho, que aprove a seguinte recomendação ao executivo da câmara municipal de Mourão:

- 2. Que seja definido e levado para posterior aprovação, o Regulamento Municipal de Estágios "Jovem Ativo" que terá como objeto contribuir para a integração dos jovens desempregados residentes no Município há mais de um ano, bem como fixar os apoios específicos a conceder pela Autarquia.*

Mourão, 27 de Abril de 2018

Pelos eleitos pelo PSD"

--- O Senhor Deputado Municipal José Pinto para apresentar uma exposição do seguinte teor: -----

"Na última Sessão da Assembleia Municipal realizada dia 27-04-2018 os Deputados do Partido Socialista apresentaram uma Moção acerca de Mourão: o passado, o presente e Alqueva. Segundo aquela Moção até parece que o Partido Socialista nunca foi Governo antes e depois do fecho das comportas da Barragem do Alqueva. Fazem-se de coitadinhos como se não tivessem, também eles, culpa do que se está a passar em Portugal, no Alentejo e em especial no nosso Concelho de Mourão. Para além de ser apresentada na Assembleia Municipal foi ainda publicada, no Mouranense, Diário do Sul e sabe-se lá com que glórias o apresentaram de boca em boca como sendo a solução de todos os nossos problemas e o milagre que irá resolver toda a situação do nosso Concelho.



Balelas. Conversa fiada. Poderíamos analisar ponto por ponto da Moção e iríamos dar sempre ao mesmo culpado, o Partido Socialista. Preferimos fazer uma análise mais subjectiva e mesmo assim também chegamos ao mesmo resultado, se não vejamos:

- Quando se anunciou finalmente a construção da Barragem do Alqueva quem estava no poder. O Partido Socialista.*
- Quando se fecharam as comportas da Barragem quem estava no poder. O Partido Socialista.*
- Presentemente, e já estamos no 3º ano que está no poder. O Partido Socialista.*

Nas últimas eleições Autárquicas uma das bandeiras apresentadas pelo Partido Socialista no Concelho de Mourão era o tão almejado alargamento do Perímetro de Rega para as freguesias de Mourão e Granja. Afinal todos os outros Concelhos foram contemplados e o único que foi excluído foi precisamente o de Mourão. Com que moral o Partido Socialista de Mourão vem fazer o papel de vítima se foram eles, ora só, ora colligados, os culpados deste problema estrutural que afecta o Concelho de Mourão. Não venham agora desculpar-se com os vários governos que por lá passaram porque os culpados não são só eles, mas também os executivos Socialistas que passaram pelo Município.

Depois de tudo e ainda com o Partido Socialista, a situação do concelho, social e economicamente agravaram-se. Os serviços públicos degradaram-se, a economia do concelho praticamente não existe, a população jovem tem de procurar o futuro longe do nosso concelho. É um concelho em que não existe desporto, não existe associativismo, não existe cultura, não existe emprego, não existe economia, enfim não existe praticamente nada que possa servir para fixar população. Até os pequenos trabalhos de reparação e limpeza das bermas das estradas e caminhos rurais não são executados. A excepção só existe para os membros de etnia cigana, esses sim, têm todas as regalias e mais algumas mas, quando se fala nessa situação, "Aí! Aqui D'El Rei" quem é que nos acode. Não quer dizer que a etnia não tenha esses direitos, mas afinal nós também somos do Concelho, somos mouranenses, estamos no mesmo barco e deveríamos ter essas mesmas regalias.

Nos Serviços de Saúde, nomeadamente no Centro de Saúde de Mourão, foi aquilo que toda a gente sabe. Foi através da nossa luta e com a participação massiva da população através do abaixo assinado, que a situação se resolveu. Nos outros serviços públicos foi aquilo que toda gente viu. O fecho da agência do Novo Banco. Sabe-se lá o que por aí virá ainda. Queira Deus que nos enganemos para bem do nosso Concelho.

No Concelho de Mourão, quem é que afinal se encontra bem? Salvo as excepções que todos conhecemos, nomeadamente as ligadas à família Socialista, mais ninguém. Não devemos ser hipócritas pois está tudo à vista, só não vê quem não quer ver.

Passado todos estes anos, só agora é que dão a conta que afinal fomos enganados pelos diversos governos que têm passado por S. Bento e que para eles apenas somos números. Será que são apenas os governantes nacionais os culpados, ou os governantes do nosso Concelho, que por inércia ou incompetência se tem deixado levar, abdicando do futuro do nosso Concelho em prol de outras realidades.



N

~~Handwritten signature~~

Em nosso entender nada cai do Céu. Nada aparece por obra e graça do Espírito Santo, temos que mostrar vontade e querer que as coisas aconteçam e por isso temos de ser nós que as procurá-las. Será que passados estes anos todos depois do fecho das comportas da barragem, só agora é que se estão a lembrar de chamar a atenção para o assunto que já deveria de estar resolvido aquando do encerramento das ditas comportas. Fomos o concelho mais prejudicado com aquela construção e deveríamos ter sido o principal beneficiado. Não houve na altura ninguém capaz de lutar pelos direitos do nosso Concelho. Foi um período onde mais precisámos de gente competente e infelizmente não as tivemos.

O eleito da CDU na Assembleia Municipal

(José Manuel Matrola Pinto)“

Seguidamente o Sr. Deputado Municipal José Pinto apresentou ainda a proposta que a seguir também se transcreve: -----

“Passados mais de 6 meses de mandato deste executivo camarário acho que chegou a altura desta Assembleia fazer um balanço dos trabalhos e obras em curso ou executados até à presente data nas povoações do nosso Concelho.

Na condição de Deputado Municipal, eu, José Manuel Matrola Pinto, eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária na actual Assembleia Municipal de Mourão desejo fazer à Mesa a seguinte proposta:

- Na próxima sessão ordinária desta Assembleia, a deslocação de todos os seus membros, acompanhados pelo Executivo da Camara Municipal, por todas as freguesias deste Concelho e acompanhar as obras e trabalhos em execução ou já executados.

Faremos um percurso por todas as estradas camarárias e caminhos rurais para nos intelrarmos do estado de conservação dos mesmos e poder mostrar aos munícipes que afinal o executivo está a trabalhar em prol do desenvolvimento do concelho naquilo que é as suas competências e possibilidades.

Desta maneira ficaremos ao corrente dos trabalhos que o executivo tem em curso assim como as dificuldades inerentes ao desenvolvimento dessas obras.

O eleito da CDU na Assembleia Municipal

(José Manuel Matrola Pinto)“

--- O Senhor Deputado Municipal Vítor Dias para colocar duas questões rápidas e sucintas à Sr.^a Presidente: -----

- A primeira, relativamente ao abaixo-assinado sobre o Novo Banco, para perguntar se o mesmo já foi enviado, e em caso afirmativo se já obteve alguma resposta? -----



- A segunda, e passados seis meses após a entrega de uma listagem de valores em que a Câmara era credora, atendendo às graves dificuldades financeiras, quais os procedimentos tomados para angariar os mesmos e reduzir a dívida? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para colocar as seguintes questões relativamente à sua freguesia, umas por ter sido abordada na rua por algumas pessoas e outras dela própria: -----

- Perguntou se leram um email da Sr.^a Rosa Santana Piteira, que também o reencaminhou para a Junta de Freguesia, relativamente ao estado do piso da estrada para o Monte do Caneiro, em que diz que já enviou anteriormente dois email's para a Câmara e que não foram respondidos? -----

- Chamou a atenção para o estado dos contentores do lixo na freguesia, pois foi feito um levantamento dos que estão ou não a funcionar e verifica-se que alguns nem sequer se conseguem abrir, logo o lixo fica amontoado junto dos mesmos; -----

- Como todos sabem há vários buracos nas ruas motivados pela reparação de ruturas na conduta de água, o que é normal, mas já não o é estarem assim há vários meses. Aceita que haja dificuldades, mas não aceita que pelo menos os das ruas com mais movimento estejam há três meses por reparar e os passeios ocupados com os paralelos; -----

- Também é sabido por todos que a rua principal tem muito motivo de entrada e saída de viaturas, as quais circulam por vezes a velocidade exagerada, o que por si só representa perigo para as pessoas e bens, pelo que sugere a colocação de bandas ou lombas de desaceleração que obriguem a reduzir a velocidade e conseqüentemente o perigo de acidente; -----

- Terminou referindo-se à questão do alargamento do cemitério, que também é do conhecimento do Executivo. Sabe das limitações do Município mas lembra que estão cada vez mais pressionados pela urgência da resolução do problema, que agora está do lado da Câmara. Havendo necessidades a nível do concelho, esta se não é a mais urgente é certamente uma das mais urgentes de ser resolvida. Está-se no limite do risco de não haver onde enterrar os mortos da freguesia, pelo que pediu à Sr.^a Presidente especial atenção para a situação, sob pena de no imediato se ficar com um grave problema nas mãos e sem forma de o solucionar, o que as pessoas não irão tolerar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para intervir nos seguintes termos: -----

"- *Estamos mais uma vez a realizar esta Assembleia descentralizada, aqui na Luz, uma ideia que em boa hora o Dr. Ilhéu colocou em prática;* -----

- *A Luz continua a ter os mesmos problemas que tinha e dos quais já aqui falei várias vezes. São os esgotos, é o funcionamento da rede de água potável que tem ruturas atrás de ruturas, que provoca a abertura de buracos que incomoda quem cá vive, e isto tudo não deveria acontecer num sistema que*



é novo. Tudo isto trás custos para o Município. A EDIA não quer saber pois diz que as infraestruturas já foram entregues à Câmara. Não se percebe como se projeta um cemitério novo que passados quinze anos tem a sua capacidade esgotada. Não tiveram conta a população ou projetaram que metade das pessoas abandonassem a aldeia, e agora vai ter de ser o Município a suportar custos extras; -----

- É uma vergonha que passados estes anos todos e que tendo por lá passados diversos governos, de vários partidos, e ainda não esteja regularizada a questão da propriedade dos terrenos da freguesia. Eu próprio já me queixei a diversos ministros que responderam que irão resolver e está tudo na mesma; -----

- O Alqueva trouxe coisas boas, como o turismo, e o concelho de Mourão, mais propriamente a freguesia de Luz foram os primeiros a ter rega do perímetro do alqueva. Pena é que ainda não tenha chegado às freguesias de Mourão e Granja, mas o Senhor Ministro da Agricultura tornou público que isso iria acontecer. Fomos abrangidos por um projeto de emparcelamento rural que trouxe grandes benefícios e verifica-se que já não se produz apenas vinha e olival, começando a aparecer culturas hortícolas e frutícolas; -----

- Louvo a atitude do Senhor João Fortes em apresentar propostas mas lembro que em Mourão foram construídas duas zonas industriais, incluindo a da Portucel, com todas as infraestruturas cujos terrenos foram todos vendidos. Não foi por falta do Município criar condições que não há investidores e até alguns que cá estavam se foram embora. Continua a haver condições mas não se pode obrigar ninguém a investir em Mourão, não obstante as várias reuniões que se têm realizado. Um dos maiores investimentos do Alentejo ficou por realizar em virtude dos problemas com o financiamento do Novo Banco; -----

- Ouvei com atenção o Senhor José Matrola e lembro que as conversas do partido socialista não são conversas fiadas e é verdade quando diz que a barragem se iniciou com o partido socialista no governo, o que prova que se faz sempre alguma coisa, e bom seria que fizesse ainda mais. Aquele Senhor afirmou que não existe desporto, iniciativas e emprego, mas certamente é porque não vive cá, pelo que se deveria informar melhor, pois são várias mas associações de carater cultural (só na Granja são nove). O Senhor Deputado fala em criar emprego mas na última assembleia votou contra a alteração ao mapa de pessoal que criou mais 16 empregos, apregoando uma coisa e fazendo outra;

- O Centro de Saúde tem um médico mas não foi graças a nenhum abaixo-assinado como alguns querem fazer crer. Essa situação de separar as unidades de saúde familiar de Reguengos e Mourão até já nos trouxe alguns problemas, pois uma médica ficou doente e não foi substituída ao contrário do que sucederia obrigatoriamente se estivessem agregadas; -----

- Não percebo como pretendem fazer uma visita às obras do concelho e estão sempre a dizer que não há obras!" -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa na qualidade de Deputado Municipal** para dizer que como foram apresentados projetos de recomendação iria fazer a sua análise global, nos seguintes termos: -----



"Relativamente aos projetos de recomendação do PSD, cujas iniciativas são de louvar, verifico que são enumerados diversos projetos e investimentos de privados, que são isso mesmo – privados; ----- É dito que o poder político não sabe atrair investimento, mas a questão não é tão simples assim, pois eu próprio já trouxe investidores a Mourão e o POAAP, a REN, a RAN e a Rede Natura 2000 estrangulam absolutamente o concelho. Quem já viu os mapas destes planos sobrepostos verifica que encontrar um terreno apetecível a um investidor para implementar qualquer projeto é um achado. O único terreno disponível no POAAP é para construir uma coisa absolutamente absurda. A revisão do POAAP é uma coisa que todos juntos, independentemente da força partidária que cada um represente, temos de reivindicar. Sem isso pode-se trazer todos os investidores possíveis que se chega à conclusão de que não dá. Portanto o problema não está tanto no poder político atrair investimento mas sim na alteração e revisão dos planos que permitam a realização dos investimentos, pois até o regadio para Mourão só será possível se, segundo o Presidente da EDIA, for alterada a Rede Natura 2000; -----

Os investidores pretendem terrenos perto do plano de água, como é o caso do empreendimento que estava previsto realizar aqui na Luz, e o POAAP não o permite. Assim todos juntos teremos de pressionar os governantes para alterar este panorama desfavorável para o concelho; -----

Relativamente à questão do interior refiro que já foi criada uma unidade de missão e um programa de coesão territorial para o interior mas isso resulta em zero. Precisa-se sim de propostas concretas de entidades públicas que resolvam a situação do concelho. Coesão territorial significa dar mais aos que têm menos para equilibrar os territórios. Ainda não vi proposta nenhuma que diferenciase Mourão ou Alandroal em relação aos outros. A coesão territorial até agora é zero." -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à discussão a primeira recomendação apresentada pelo PSD, tendo-se inscrito e usado a palavra: -----

--- O **Senhor Municipal Deputado João Fortes** para referir que corrobora com a exposição feita pelo Senhor Presidente da Mesa, que acaba por lhe dar razão para apresentar a recomendação, ou seja tem de haver uma nova atitude para a captação de investimento. Se essa nova atitude passa por fazer pressão, em conjunto ou não, estarão disponíveis. Assim se calhar o primeiro passo passará pela pressão para alterar os planos que limitam o investimento. O projeto de recomendação vai mesmo no sentido mobilizador de todas as forças no sentido de captar investimentos e não ser só a função pública a gerar empregos, mas criar as condições para que a sociedade civil o possa também fazer, e ajudar a combater o declínio demográfico. -----

----- A **Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** para, relativamente aos investimentos, dizer o que pode fazer o poder central. Veja-se a decisão tomada em relação à ferrovia. Veja-se por onde vão passar as vias e para onde vão os investimentos. Os resultados são zero para as empresas do distrito de Évora. A decisão tomada centralmente pelo governo PS põe tudo em causa. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para tecer algumas considerações breves relativamente à proposta de constituição de um Conselho Estratégico Local: -----

- Concorda que de alguma forma se deva projetar o futuro de onde queremos estar, seja num concelho, empresa ou outra organização qualquer. No entanto convém ter presente que para ter uma estratégia para o concelho de Mourão devem estar criadas as condições para tal. Pelas conversas que teve com possíveis investidores no concelho percebeu que um dos espartilhos existentes é a questão da legislação. Assim sendo deverá existir uma capacidade de pressão por todas as forças partidárias do concelho, para que ao nível dos ministérios e dos tais grupos de missão haja forma se elimine esse tal espartilho que se verifica no concelho. Referiu ainda que atualmente a zona do Douro vinhateiro se debate agora com a falta de pessoal para trabalhar, problema resultante do despovoamento dos concelhos, o que também em Mourão, pelo que há que promover primeiro o setor primário para criar condições para depois desenvolver o setor da transformação. Finalmente referiu que a alteração do uso dos solos no concelho é uma condição indispensável para o seu desenvolvimento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para referir que a proposta em discussão visa constituir o Conselho e esse Conselho desenvolver depois o trabalho no sentido de melhorar as coisas numa área que evidentemente está mal no concelho, sendo que a sua constituição propriamente dita depois se verá. O Senhor Presidente disse e bem que devem ser os governantes a desbloquear as situações como aquelas que o colega Rui Pereira mencionou, sobre os quais tem feito bastante pressão e lança o repto à Câmara, que tem mais força que a freguesia, consiga agora com o governo do partido socialista, alterar o POAAP, a REN, RAN e todos os bloqueios que estão a deixar a freguesia e o concelho para trás. -----

--- Não mais intervenções **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação o projeto de recomendação "*Uma Nova Atitude Para Mourão*", apresentado Grupo Municipal do PSD, a qual foi **rejeitado**, com sete votos a favor, duas abstenções dos Senhores Deputados Municipais Arnaldo Caeiro e José Domingues, e nove votos contra dos Senhores Presidente e Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, e dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, António Dias, Agostinho Pardal, Hugo Lopes, Ana Jordão e José Pinto, e **em minuta**. -----

--- De seguida **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à discussão o projeto de recomendação "*Programa Municipal de Estágios - Jovem Ativo*", apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. Assim foi o mesmo colocado à votação, tendo sido **rejeitado** com oito votos a favor e dez votos contra dos Senhores Presidente e Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, e dos Senhores



Deputados Municipais Rui Pereira, António Dias, Agostinho Pardal, Hugo Lopes, Ana Jordão, Arnaldo Caeiro e José Pinto, e **em minuta**. -----

--- Finalmente o **Senhor Presidente** informou o plenário que o documento entregue à Mesa pelo Senhor Deputado José Pinto em que sugere à Câmara a realização de uma visita às freguesias e às obras que decorrem no concelho, como não carece de discussão e votação, será entregue de seguida à Senhora Presidente da Câmara Municipal para os efeitos que tiver por convenientes. -----

--- Dada finalmente a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Já foram aqui realçados os diversos constrangimentos relativamente à captação de investimentos para o concelho que é uma das preocupações de qualquer executivo, que ao contrário do que se diz não quer as pessoas a trabalhar na Câmara mas sim que tenham emprego estável e em empresas que possam pagar impostos e criar riqueza. Os investimentos que foram relatados na moção são praticamente todos em capitais de distrito e um só que está a ser realizado em Mourão é de mais de dois milhões de euros, para além de outros mais pequenos na área do turismo com candidaturas já aprovadas. Embora não sejam os desejáveis há diversos investimentos a decorrer no concelho; -----

- Face aos constrangimentos do POAAP, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz, foi recebida pela Sr.^a Secretária de Estado do Ordenamento do Território à qual mostraram o seu desagrado pelas regras daquele plano, e também a Associação Transfronteiriça de Municípios manifestou a necessidade da sua alteração e adequação à realidade. Foi-lhe transmitido que estava a ser preparada essa alteração mas até agora não viu qualquer desenvolvimento do processo. -----

- Relativamente ao programa de estágios jovem ativo, para todos os jovens que tenham condições e que se encontrem sinalizados no gabinete de inserção social do Município, foi apresentada uma candidatura no âmbito do IEFP para a sua integração; -----

- Foi dito que não existe associativismo mas o certo é que todos os fins-de-semana o Município se debate com problemas de cedência de transporte para satisfazer os pedidos de todas as associações. Dizer que não há associativismo é uma afronta a todas as pessoas que dedicam e perdem o seu tempo para divulgar o concelho pelas mais diversas zonas do país e até do estrangeiro; -----

- Também se diz que o Município está a dar regalias às pessoas de etnia cigana, mas o certo é que é acusada por aquelas pessoas de ser racista e de não as ajudar; -----

- Fala-se de inércia no que diz respeito à agência do Novo Banco mas não tem o dom de adivinhar e só soube do encerramento através da comunicação social, porque se o tem sabido com mais antecedência, como aconteceu há um ano com a Caixa Geral de



N

Depósitos, que por portas e travessas soube da intenção de quererem encerrar a agência de Mourão, fez as diligências necessárias que conduziram à manutenção da agência. Verificaram-se notícias sobre o encerramento de várias agências da CGD pelo que solicitou de imediato uma audiência à administração e já obteve a confirmação de que agência de Mourão não encerrará e serão reforçados os laços de colaboração entre aquela Instituição Bancária e o Município e seus colaboradores, o que significa que não estão inertes e tudo fazem para que o concelho não tenham as portas das agências fechadas; -----

- Fala-se que não há obras mas o certo é que os trabalhadores não estão parados e há grande dificuldade para acorrer as necessidades, pois desde 2008 que não há entradas de pessoal e têm sido várias as aposentações. Por isso foram abertos concursos no âmbito do PREVPAP para a regularização de algumas situações de emprego precário que poderão colmatar alguns constrangimentos ao regular exercício das competências e obrigações do Município. É de realçar e valorizar o empenho demonstrado pelos trabalhadores que se têm desdobrado no sentido de colmatar a falta de efetivos; -----

- Relativamente ao e-mail da Sr.^a Rosa Santana é de realçar que até já foram acusados de na Luz só fazerem obras na estrada do Monte do Caneiro. Na realidade já se fizeram algumas intervenções, que não serão as que se desejaria pois gostariam de ter alcatrão até ao Monte, mas são as possíveis e o Município não tem condições para tal. Se o e-mail não teve resposta escrita teve a resposta na prática; -----

- Vai tentar saber o que se passa com os contentores do lixo e junto dos respetivos serviços municipais averiguar a possibilidade de colocação de meios que permitam reduzir a velocidade na entrada da freguesia; -----

- Já foi recebida a proposta final do honorários do Arq.^o responsável pelo projeto do cemitério da Luz, mas depara-se agora com o problema dos fundos disponíveis estarem demasiados baixos relativamente ao que a lei exige. Sempre esperou que a reestruturação total da dívida fosse aprovada o que daria agora outra margem de fundos disponíveis. O problema até nem é do haver ou não dinheiro mas sim dos fundos disponíveis, que são apenas pouco mais de 20 mil euros até final do ano. -----

III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

a) – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO (ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)

--- Recordou o Senhor Presidente da Mesa que a Sr.^a Presidente tem 10 minutos para apresentar cada ponto e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas.



No final a Sr.^a Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo esta remetido, no geral, para a sua informação, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número dez**), ficando a fazer parte integrante desta ata, e informou que só agora conseguiu entregar o documento que completa a Informação, uma vez que se verificou a necessidade de realizar esta sessão de junho um pouco mais cedo que o habitual, para cumprimento do prazo de resposta ao Tribunal de Contas sobre questões relacionadas com o processo de visto prévio do contrato de empréstimo de médio longo prazo para substituição do empréstimo de saneamento financeiro, cuja proposta será aqui hoje discutida. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi concedida: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para perguntar relativamente à participação do Sr. Vice-Presidente num evento do NERE, que pretensão tem o Município na abertura de concursos para a criação de estações náuticas e a existência de percursos integrados para turistas? O Sr. Deputado José Matrola falou que queria um balanço da atividade da Câmara, pois este documento deveria ser isso mesmo e não apenas um elenar das atividades que cada técnico faz certamente com muita competência, mas é falta de visão e de quem pense mais à frente, e é por isso que apresentou a criação do Conselho Estratégico Municipal sob pena de se hipotecar a estratégia e o desenvolvimento do concelho e a criação de emprego, obrigando as pessoas a trabalhar apenas para na Câmara.

--- A **Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para perguntar se há mais informações relativamente ao facto de não haver administrativa nos serviços de saúde. Quando há médico não há administrativos e vice-versa? Perguntou também em que ponto está a situação dos PREVPAP e em relação ao ter apenas 20 mil euros de fundos disponíveis até final do ano pede que de entre todas as coisas importantes se considere o alargamento do cemitério da Luz como a mais importante. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** considerando que o Sr. Deputado Norberto Patinho visitou o concelho e nomeadamente visitou o empreendimento turístico que está em construção e em fase de conclusão, perguntou qual o valor dos investimentos previstos no concelho (Delgados, Abegoaria dos Frades, etc), quantos postos de trabalho diretos serão criados e se foi previsto algum regime especial de isenção de taxas e impostos para este e outros tipos de investimento? -----



--- O **Senhor Vice-Presidente da Câmara**, a pedido da Senhora Presidente, informou que por convite do NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora, esteve presente numa reunião sobre os centros náuticos, promovida por uma associação ligada a esta temática. Esta iniciativa teve origem nos Encontros do Mar, na Barragem do Alqueva, em Mourão, e foi uma primeira abordagem e neste ano vão ser criadas várias novas estações náuticas em cidades com tradições ligadas ao mar (Peniche, Nazaré, etc), portanto a um nível superior ao de Mourão. O assunto irá ser abordado em próximas reuniões pois pretende-se ligar a água a muitas outras valências existentes no concelho como alojamentos, atividades desportivas, culturais, etc. Pretende-se que os visitantes tenham um percurso integrado durante as suas estadias e férias no concelho, sendo que a construção da estação náutica é um objetivo a concretizar. -----

--- Finalmente a **Senhora Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: -

- Após ter sido informada pelo Sr. Secretário da Junta de Freguesia de Luz, Reinaldo Santana, que naquela freguesia não iria haver consultas por falta de funcionários administrativos, tentou saber o que se passava e foi-lhe comunicado que por haver consultas em Mourão e consulta aberta e por a administrativa de Mourão estar de férias, já tinha sido deslocada uma de Reguengos mas não poderia vir mais nenhuma, e por a USF de Mourão já estar separada do Centro de Saúde de Reguengos. Quando se verifica falta de pessoal auxiliar vai-se conseguindo resolver com o pessoal da Câmara mas no caso dos administrativos tal não é possível. Mais informou que já reclamou o sucedido junto dos respetivos serviços da ARS, pois nada justifica haver médica e não haver consultas; -----

- Os procedimentos concursais no âmbito do PREVPAP encontram-se na fase de apreciação dos currículos para passar à fase das entrevistas; -----

- A obra que o Sr. Deputado Norberto Patinho visitou a convite do promotor, Sr. Delgado, tem um custo aproximado de 2.300.000 euros, com financiamento do Turismo de Portugal. De todos os programas lançados o que realmente tem ajudado os concelhos do interior são os financiados pelo Turismo de Portugal, como foi o caso da praia fluvial de Mourão financiada a 90%. A Unidade de Missão para a Valorização do Interior tem muita coisa prevista mas no terreno não se conseguem ver medidas concretas. A visita do Sr. Deputado teve como objetivo aferir da possibilidade de se resolver o problema do caminho de acesso para aquele investimento, pois quando a barragem está na cota máxima inunda a estrada junto à Ponte da Manivela. Tem havido contactos com as Infraestruturas de Portugal no sentido fazer os levantamentos e projetos necessários para a adaptação da estrada cujo troço ainda é considerado estrada nacional. Há todo o interesse em resolver aquela situação pois o empreendimento está em fase de conclusão e o promotor já tem estabelecidos contactos, protocolos e acordos com diversos operadores da economia local para a sua



dinamização e comercialização dos produtos, nomeadamente o vinho, azeite, enchidos, queijos, frutas, etc. Mais informou que os postos de trabalho diretos a criar no investimento são cerca de vinte. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

b) – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA

--- Pelo **Senhor Presidente da Mesa** foi anunciado que, em conformidade com o preceituado na alínea b) do artigo 3.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, e considerando que na anterior sessão se verificou empate nas duas votações realizadas, se ia proceder a nova votação para a eleição de um membro da Assembleia para integrar a Comissão em epígrafe, pelo que solicitou que os Grupos Municipais Indicassem nomes dos possíveis eleitos, tendo-se verificado que o Senhor Deputado João Fortes indicou o nome da Senhora Deputada Sara Correia e o Senhor Deputado Rui Pereira indicou o nome do Senhor Deputado Dimas Ferro. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** informou que aos referidos nomes foi atribuída a designação de "Lista A" e "Lista B", respetivamente, para efeitos de votação. -----

--- Distribuídos, então, os boletins de voto, e no prosseguimento da reunião, cada Deputado nele indicou qual a lista preferida, e de seguida procedeu-se à votação, com introdução no recipiente próprio dos votos devidamente dobrados. -----

--- De seguida procedeu-se à contagem dos boletins entrados na urna, e dos votos, verificando-se o seguinte apuramento: A **Lista "A"** recebeu nove votos e a **Lista "B"** recebeu oito votos, e um voto branco. -----

--- Face a este resultado foi considerado eleito para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, o Senhor Deputado Municipal **Dimas Joaquim Canhão Ferro.** -----

c) – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (LEI N.º 8/2012), APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/11/2017

--- Sobre o assunto em epígrafe a **Senhora Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Informação da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número onze**), fazendo parte integrante desta ata. -----



11

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que é uma obrigação legal a Câmara informar a Assembleia de todos os compromissos plurianuais que assume ao abrigo da autorização genérica que o Órgão deliberativo atribuiu ao Executivo. --

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo-se inscrito e intervindo: -----

- O **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para referir que da análise da prestação de contas do Município de 2017 se constata que se opta exageradamente pela contratação por ajuste direto em prejuízo da contratação através de concursos públicos, com acontece na aquisição de serviços de assessoria técnica, financeira, comunicação e equipamentos de impressão, etc. Relativamente ao aluguer operacional de veículos ligeiros, questionou quantos carros da frota atual serão renovados e se serão considerados como retoma os veículos atuais? -----

- O **Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para perguntar se não existem contratados no mapa de pessoal para a realização destes serviços? Mais perguntou se no caso do aluguer das viaturas se trata de locação operacional? -----

--- Dada novamente a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou: -----

- São duas carrinhas, uma que vai ser adaptada ao transporte de crianças para o 1.º ciclo e jardim-de-infância da freguesia de Luz, um carro de apoio à presidência e à proteção civil e um outro que já foi entregue, para ser utilizado pelos técnicos nas frequentes deslocações a reuniões ou ações de formação, o que evita a ocupação de uma viatura e um motorista o dia todo. Às viaturas atuais vai ser atribuído um valor que se houver interesse, poderão ser adquiridos por exemplo por uma Junta de Freguesia. No anterior contrato acabou por se entregarem as viaturas; -----

- Relativamente à contratação de pessoal, foram dois nadadores-salvadores que só agora com o PREVPAP contemplarão o mapa de pessoal, uma técnica superior na área de engenharia do ambiente, em virtude da técnica do mapa de pessoal ter sido colocada em mobilidade na APA - Agência Portuguesa do Ambiente, e ser necessário o acompanhamento do pessoal operativo bem como o reporte e acompanhamento da informação a prestar à ERSAR. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

d) – ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E CONSEQUENTE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE À EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DO CINETEATRO DE MOURÃO”



--- Sobre o assunto em epígrafe a **Senhora Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número doze**), fazendo parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que foi já há três anos que o Município apresentou uma candidatura ao Programa ARU - Área de Reabilitação Urbana de Mourão, para a Recuperação do Cine-Teatro de Mourão. Este projeto já estava em carteira e agora que houve hipótese foi apresentado e aprovado com um financiamento de 85%. O processo de concurso e adjudicação foi enviado para visto prévio do Tribunal de Contas que tem vindo a solicitar diversos esclarecimentos e agora solicita que o Município faça a repartição dos encargos plurianuais e a conseqüente assunção dos compromissos plurianuais, pois a obra já não será totalmente executada no corrente ano. --

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo-se inscrito e intervindo o **Senhor Deputado Municipal Vítor Dias** para referir que até agora estavam todos comovidos com a situação financeira do Município de Mourão, e agora chega-se à conclusão que a coisa mais importante é a recuperação do Cine-Teatro, o que parece absolutamente estranho, um concelho com graves carências ter como prioridade esta obra de recuperação. É natural que o espaço esteja degradado e não seja funcional mas haveria certamente outras prioridades. Quanto à inauguração desta obra de Recuperação do Cine-Teatro certamente será numa data muito próxima dum ato eleitoral. -----

--- Dada novamente a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que ficou um pouco confusa com a intervenção do Senhor Deputado, não a percebeu muito bem. Mais referiu que se a obra não for feita agora com um financiamento de 85% certamente não o será nos anos mais próximos. Se se pretende pensar no futuro e trazer a Mourão conferências, colóquios ou outros eventos dinamizadores do desenvolvimento do concelho, tem de se dotar Mourão de um espaço com dignidade para receber aquele tipo de iniciativas, e no âmbito da referida ARU tinha de se candidatar um edifício público do Município que estivesse dentro daquela área. Finalmente referiu que lhe parece uma boa aposta escolher este projeto que estava já feito e sendo um projeto de mais de 400 mil euros no qual o Município vai investir apenas 60 ou 70 mil euros, não será de desperdiçar a oportunidade. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com onze votos a favor e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais Luís Rodrigues, Sara Correia, Rui Passinhas, Vítor Dias, Francisca



Sousa, João Fortes e Catarina Marques, e em minuta. -----

--- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, tendo o **Senhor Deputado Municipal José Pinto** a do seguinte teor: -----

" O eleito da CDU vota a favor do ponto III Período da Ordem do Dia, alínea d) da ordem de trabalho - Alteração da Repartição de Encargos e Consequente Assunção do Compromisso Plurianual Referente à Empreitada de Recuperação do Cine Teatro Municipal, uma vez que são obras que irão permanecer no Concelho. O que nos deve preocupar são as obras que não são feitas, não as que se executam.

O eleito da CDU na Assembleia Municipal

(José Manuel Matrola Pinto)"

e) – CONTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 1.º ADITAMENTO AO CONTRATO E NOVAS CONDIÇÕES

--- Sobre o assunto em epígrafe a **Senhora Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número treze**), fazendo parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta referiu que esta substituição de um empréstimo por outro, mesmo que mais vantajoso, não é a solução que pretendia e nem se estaria aqui a falar deste assunto se o FAM tivesse sido aprovado. Isto não vai resolver a situação financeira da Câmara mas sim e apenas para resolver a dívida ao BPI, perante a qual se está em incumprimento e está a ser feita uma retenção mensal dos fundos municipais. Com o FAM aprovado estar-se-ia a pagar uma taxa de 1,75% e assim continua-se com uma taxa de perto de 3%. Este empréstimo de substituição de dívida já tinha sido presente e aprovado neste Órgão, sendo que um dos requisitos previstos no artigo 81.º do Orçamento de Estado de 2017 era de que o spread não poderia ser superior à taxa atual. O Tribunal de Contas detetou que a proposta do BPI de um spread de 1,70% não cumpria o disposto no referido artigo que definia a taxa de 1,625% como spread máximo. Assim propõe-se a aprovação de uma adenda ao contrato com redução da taxa de juro de 1,70% para 1,625%, sendo que até é uma situação ainda mais vantajosa para o Município. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo-se inscrito e intervindo: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para referir que de acordo com a documentação entregue esta diminuição da taxa do spread dará lugar a uma poupança de



cerca de 2.000 euros mensais ou 24.000 euros anuais, e verificando que o empréstimo será de 14 anos, poderá concluir-se que com esta substituição do empréstimo a Câmara acabará por poupar um valor significativo, cerca de 336.000 euros, pelo que do ponto de vista de gestão parece uma boa medida do Executivo com a qual se congratula. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** para referir que este procedimento até nas empresas é normal, prolongar no tempo o período dos empréstimos para não asfixiar a tesouraria, mas a questão é de saber se o atual Executivo já se questionou se daqui a 20 ou 25 anos, e se a tendência demográfica se mantiver e se as transferências do estado para as autarquias continuarem a diminuir, as contratações de empréstimos continuarão a ser honradas ou terão que ser renegociadas? É uma questão de bom senso saber se com as atuais condições e as perspectivas de evolução da situação se continua ou não a ter capacidade e liquidez para honrar os compromissos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para referir que a renegociação do empréstimo vai permitir alguma poupança, cerca de 336.000 euros, mas poderia ter-se uma poupança de mais de 400.000 euros, que foi rejeitada por alguns senhores deputados presentes na sala, quando não aprovaram o FAM, com um spread de 1,75% para todas as dívidas do Município. Deixava-se de ter o problema dos fundos disponíveis e deixava-se de pagar juros de 7% às Águas de Portugal. Uma poupança de mais de 400.000 euros anuais dava para fazer muita coisa e dava para pagar a dívida na sua totalidade. Assim a dívida às Águas vai continuar a subir e ainda por cima com o problema das constantes ruturas da rede. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa na qualidade de Deputado Municipal** para referir que não pretende falar mais do FAM, mas na última Assembleia quando se aprovou este empréstimo disse-se que era preciso maioria absoluta para passar viu caras de espanto. Volta a referir que a abstenção neste caso é voto contra. Não sabe como é que os outros partidos vão votar mas o PS vai votar favoravelmente. Estão dezoito deputados na sala por isso são precisos dez para fazer o jogo. Os nove do PS votam a favor mas se não houver mais um a favor não há jogo. Se alguém disser que não joga mas que joguem os outros, continua a não haver jogo. Ora a abstenção aqui é voto contra. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com onze votos a favor, e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais Luís Rodrigues, Sara Correia, Rui Passinhas, Vítor Dias, Francisca Sousa, João Fortes e Catarina Marques, e **em minuta**. -----



N

[Handwritten signature]

--- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, tendo a **Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** apresentado a seguinte: -----

"Considerando que:

- É necessário, com olhos postos no futuro, que a gestão do município seja feita com a maior transparência, sendo claro para todos que foi praticada, ao longo dos últimos anos, uma política que não acautelou as condições necessárias à sustentabilidade e manutenção do erário público;*
- Apesar de tudo isto, e tal como manifestado em Sessões anteriores deste órgão, o PSD Mourão quer procurar construir o futuro e pautar a sua ação política por um grande sentido de responsabilidade pelo que encarou este assunto com a disponibilidade de não ser um entrave à viabilização de um empréstimo de MLP para substituição do Empréstimo de Saneamento Financeiro que procurará o reequilíbrio financeiro das contas municipais;*
- Em relação ao aditamento verificado no que diz respeito ao contrato e condições inicialmente apresentadas, tendo em conta aquilo que nos é transmitido nos documentos que nos foram fornecidos, existiu a necessidade, após a devida confrontação pelo Tribunal de Contas, que fosse cumprido o preceituado no artigo 81.º da LOE 2017, aprovada pela Lei n.º42/2016 de 28 de Dezembro. Desse modo, o Banco BPI aprovou a alteração de uma taxa fixa do spread de 1,70% para 1,625%;*
- Contudo, já alertámos por diversas vezes aqui, nesta Assembleia, para o facto de que não havendo uma taxa fixa na variabilidade do indexante de referência para o empréstimo em análise, neste caso, a EURIBOR 3M, o município poderá ter encargos pesados e alguns dissabores que não estão refletidos no plano de amortizações previsional. O Banco de Portugal já veio durante este ano alertar para o perigo da euforia dos juros negativos, até porque se estima que a EURIBOR deva começar a subir. A questão que deixamos é se estaremos preparados caso exista um aumento significativo do indexante de referência no médio prazo?*
- Por outro lado, reiteramos uma vez mais, que a capacidade de endividamento existente não seja esgotada nos próximos anos uma vez que a próxima programação do quadro de fundos comunitários (Portugal 20-30) disponibilizará, certamente, oportunidades para as quais será necessário garantir a devida comparticipação camarária e nesse sentido, as gerações mais jovens, que anseiam habitar num Concelho mais desenvolvido e moderno, capaz de acomodar os seus projetos de vida, não têm que ser chamados a assumir o peso de uma responsabilidade por erros que não foram da sua autoria.*

*Nesse sentido, o nosso voto é de **ABSTENÇÃO** relativamente à Contração de Empréstimo de Médio Longo Prazo, para substituição do Empréstimo de Saneamento Financeiro – 1.º Aditamento ao Contrato e Novas Condições.*

Mourão, 15 de Junho de 2018

Pelos eleitos do PSD"



f) - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO

--- Sobre o assunto em epígrafe a **Senhora Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número catorze**), fazendo parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que a parcela de terreno é uma área sobrance da Zona Industrial de Mourão, em frente à bomba de gasolina, para integrar no domínio privado do Município tendo em vista uma futura utilização ou alienação. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo-se inscrito e intervindo o **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para referir que parece haver interessados na aquisição do terreno, mas tal não é divulgado. O grupo municipal do PSD até poderia votar favoravelmente se soubesse que a alienação do terreno fosse para um projeto ou atividade que criasse pelo menos um posto de trabalho. --

--- Dada novamente a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que há interessados mas há que primeiro passar o terreno para o domínio privado para depois se encetar um procedimento público para a sua alienação, ao qual poderão concorrer os tais interessados ou qualquer outro munícipe. Mais informou que quem mostrou interesse na aquisição do terreno foi um senhor de nacionalidade espanhola que já tem uma atividade relacionada com a pesca, do outro lado da estrada, em frente à referida parcela de terreno. -----

--- Não havendo mais intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dez votos a favor e oito abstenções dos Senhores Deputados Municipais Luís Rodrigues, Sara Correia, Rui Passinhas, Vítor Dias, Francisca Sousa, João Fortes, Catarina Marques e José, e **em minuta**. -----

--- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, tendo o **Senhor Deputado Municipal José Pinto** apresentado a seguinte: -----

"O eleito da CDU abstém-se de votar o ponto III. Período da Ordem do Dia, alínea f) da ordem de trabalho, Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Parcela de Terreno, porque não ficou, quanto a mim, completamente esclarecidos os motivos da desafetação desta Parcela de Terreno.

O eleito da CDU na Assembleia Municipal

(José Manuel Matrola Pinto)"



IV - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que uma vez encerrada a Ordem do Dia, e de acordo com o estipulado no número 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e números 5 e 6 do artigo 53.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, haverá agora um "PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO". -----

--- O "Período de Intervenção do Público" será distribuído por períodos que, em caso algum, poderão exceder os 5 minutos por cada intervenção, sendo no entanto reduzidos para um menor período de tempo, nunca inferior a 3 minutos, em caso de o número de inscrições assim o justificar, eliminando-se aquelas que, segundo a ordem da inscrição, fariam prolongar o período global para além dos 60 minutos. -----

--- Os cidadãos interessados em usar da palavra têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum munícipe pretendia intervir, tendo-se inscrito e usado a palavra: -----

--- **O Senhor Reinaldo Correia Santana** para colocar as seguintes questões à Senhora Presidente da Câmara: -----

- O Senhor Deputado Vitor Hugo perguntou sobre a situação do Novo Banco. Esqueceu-se ou não quis responder? -----

- Fez uma reclamação sobre a qualidade da água da rede pública da Luz e já passaram 3 ou 4 meses e ainda não teve conhecimento de que tivessem sido tomadas medidas para resolver a questão do calcário. Qual o ponto de situação? -----

- Teve conhecimento que quando não houve administrativa para as consultas na Luz foi porque tinha ido para a Granja. Não tem nada contra as pessoas da Granja mas não compreende que haja lá duas vezes consultas por semana e na Luz nenhuma. Pede que quando a Senhora Presidente reúna com os responsáveis dos serviços de saúde lhe coloque o problema e solicite a reposição da igualdade de tratamento para as duas freguesias; -----

- A Senhora Presidente disse que há quem diga que os arranjos são só na estrada do Caneiro. Ele é um dos que o diz e prova-o, pois há quinze anos que não são feitas quaisquer reparações nas estradas. Concorda com o pedido de visita às obras feito pelo Senhor Deputado José Pinto, se calhar não para ver obras mas para ver o é necessário fazer, pois há estradas danificadas por trabalhos de uma empresa, como o Senhor Deputado Rui Pereira já várias o referiu nesta Assembleia e a Câmara ainda não teve coragem para obrigar a empresa a reparar o que danificou. -----



--- **O Senhor Rafael Tavares Antunes** para se referir a duas ou três situações que surgiram hoje durante esta Assembleia: -----

- Para além dos planos de ordenamento referidos (POAAP, REN, RAN e REDE NATURA), há um outro de que pouco se fala mas que é um dos principais entraves no Alentejo, a que pequenos empreendimentos possam surgir, que é o PROTA, que se aplica a áreas inferiores a 4 hectares. Especialmente para os pequenos empreendimentos há demasiados obstáculos para além dos licenciamentos camarários; -----

- Lembrou ao Senhor Deputado João Fortes que embora os Municípios tenham competências em matérias de empregabilidade, não podem no entanto implementar certos programas; -----

- Relativamente à dívida lembra que a mesma não vai baixar, o que será menor é o serviço da dívida. O maior problema da dívida do Município é o que diz respeito às águas, que todos os dias está a aumentar. Infelizmente recebeu-se a aldeia da Luz que perde tanta água como a que se consome na parte de Mourão Oeste, tal como referem os estudos da EPAL. Segundo os estudos feitos pela técnica que a Senhora Presidente referiu só para reparar a conduta mais antiga de Mourão e as fugas na Luz são necessários mais de cinco milhões de euros, pelo que o Município sem abertura de candidaturas a financiamento comunitário dificilmente conseguirá efetuar essa reparação; -----

- No que se refere às declarações de voto deixa um conselho a todos os grupos municipais, que seguirão se o entenderem. Todas as Assembleias do país permite o uso de declarações de voto mas a lei fala em registo de voto vencido, ou seja, o registo de voto vencido serve para os deputados ou os grupos municipais se eximirem de responsabilidade criminal, civil ou sancionatória relativamente à medida que está em votação e da qual votou contra e fundamentou. As declarações devem fundamentar porque vota contra, perdeu e não quer ter responsabilidade enquanto deputado municipal perante aquela medida. Não basta votar contra para não responsabilidade. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre o Novo Banco já se pronunciou quando respondeu ao Senhor Deputado José Pinto, que servia também para responder ao Senhor Deputado Vitor Hugo, mas acrescenta que na última Assembleia leu o ofício que tinha recebido do Novo banco, que dizia que embora tenham seguido os abaixo-assinados, a decisão estava tomada e que não havia volta atrás pelas justificações que leu, nomeadamente o do compromisso da política do Banco perante o Governo em matéria de encerramento de balcões e redução de recursos humanos; -----

- Talvez tenha havido a falha de não se ter respondido acerca das diligências feitas para a resolução do problema da água, contactou-se de imediato o Sr. Eng.º Puzinho e embora os



valores das análises estejam todos dentro dos parâmetros legais, vê-se perfeitamente pelo aspeto da resistência de uma máquina de lavar que o Sr. Reinaldo exibiu numa reunião de Câmara, que os valores do calcário estão muito elevados. Aquele técnico informou que iriam instalar um filtro à saída do depósito para minimizar aquela situação. De qualquer das maneiras irá confirmar se esse procedimento foi ou não feito e informar o Sr. Reinaldo; -----

- Relativamente ao caso das consultas informou que tinha dito que a administrativa ficou em Mourão e não que tivesse ido para a Granja. Embora julgue que não será a solução tenciona propor à Junta de Freguesia que quando não houver condições para a realização das consultas na Luz e em casos esporádicos, para que não haja habituação, se proporcione a cedência de transporte para que os utentes venham à consulta a Mourão; -----

- Já foram arrançadas várias estradas, que já precisam novamente de reparações, e tem sido dado um pouco mais de atenção à estrada para o Monte do Caneiro por ser empreendimento de turismo rural que promove o concelho. Mais informou que já foi comunicado à empresa Oliveira da Serra de que deveria repor o pavimento da estrada que danificou com a abertura de uma vala, e se tal não se verificar terá de se seguir outras vias para a obrigar a fazer. Idêntica situação se verificou com a construção do Largar de Vale Formoso que provocou estrados nas estradas de acesso ao mesmo, as quais se situam no concelho de Mourão, e que entretanto já foram reparadas. -----

--- Esgotados os pontos da **"Ordem do Dia"**, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nº 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa, Rui Miguel Bonito Vitorino**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 15 (quinze) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade**. -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----



--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 23,45 horas, tendo, igualmente, desejado a todos "Boa Noite", e agradecido a sua presença e participação. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por *unanimidade*, na sessão de 28 de setembro de 2018, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

Vítor Manuel Leal Vidigal

O Coordenador técnico,

Vítor Manuel Leal Vidigal